

## A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)

### 1. ENQUADRAMENTO DA ESTATÍSTICA PORTUGUESA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

[A estatística] descreve um Estado como um hábil botânico descreve uma planta, dando a conhecer todos os seus caracteres, e sem os alterar<sup>1</sup>.

Descrever um Estado, ou seja, indagar das «forças, riqueza, povoação e outros quaisquer recursos de um Estado»<sup>2</sup>, é, para os homens do século XIX, o objectivo da estatística, um dos vários ramos da economia política. Ciência que se define também pelo seu carácter «prático» e «exacto», pois visa um objectivo preciso: orientar os «estadistas» na sua governação, dando-lhes a conhecer a verdadeira situação do país, ao indicar-lhes elementos precisos sobre a sua riqueza, as suas gentes, o estado da sua indústria, comércio, cultura, etc.

«Deve-se conhecer exactamente a povoação do país, e as causas do seu aumento, ou diminuição; o método com que se cultivam as terras, e como se acham distribuídas; o total dos bens, ou propriedades dos habitantes, e como estas se poderiam aumentar; as doenças que mais afligem o povo [...]; as ocupações dos indivíduos, e os casos em que é necessário animá-las, ou reprimi-las; a situação dos pobres, e o método mais adequado para excitar a sua indústria fornecendo-lhes trabalho [...]; o estado das Escolas, de outros estabelecimentos de instrução pública; os regulamentos de polícia, o bom governo das cidades e vilas; enfim, o conhecimento de tudo que contribui para o aumento da prosperidade nacional.»<sup>3</sup>

Uma ciência com um carácter prático, pois; e político também<sup>4</sup>. Daí as inúmeras exortações de vários conhecedores dos trabalhos estatísticos realizados na Europa, nomeadamente Marino Miguel Franzini, no sentido de os estadistas portugueses possuírem um conhecimento exacto do estado do seu país, condição essencial para o conhecimento e melhoramento deste: «Os governos nunca poderão melhorar o estado de um país, e a condição

<sup>1</sup> *Instruções Estatísticas Que por ordem do Excelentíssimo e Reverentíssimo Senhor Principal Sousa Compilou Marino Miguel Franzini, Tenente-Coronel, Agregado à Brigada Real da Marinha, em 1814*, Lisboa, Impressão Régia, 1815, p. 3.

<sup>2</sup> *Ibid.*, mesma página.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>4</sup> Não deixaremos de referir que em Portugal, na década de 70 do século passado, o termo «estatística» é muitas vezes associado ao de «estadística», numa acepção fundamentalmente política ainda. [Ver Joel Serrão, *Fontes de Demografia Portuguesa (1800-1862)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, p. 54.]

dos seus habitantes, sem entrarem nos exames os mais extensos, e laboriosos desta natureza, a fim de conhecerem, e poderem remover os obstáculos que se opõem à felicidade pública.»<sup>5</sup>

Daí, também, o interesse progressivo que os estadistas portugueses oitocentistas irão ter para com os trabalhos estatísticos executados na Europa, na América (Estados Unidos da América, México, Argentina, Uruguai) e também no Japão, já que pretendiam aplicar e desenvolver, no seu próprio país, essa ciência «útil» que, no século XIX, tinha «feito rápidos progressos nas nações cultas da Europa»<sup>6</sup>.

Com efeito, os Estados industrializados ou em vias de industrialização do século XIX, e mais acentuadamente desde os meados deste, desejavam conhecer, com o maior rigor possível, a sua riqueza. Riqueza essa entendida nos seus múltiplos aspectos: desde a população de cada país (produtora de riqueza, contribuintes e potenciais soldados), passando pela agricultura, indústria, comércio, propriedade fundiária, etc.

Pretendia-se com esse conhecimento tomar consciência da verdadeira situação de cada país com vista ao desenvolvimento económico, à organização da defesa militar, ao apuramento da estrutura fundiária... E daí todo o processo de desenvolvimento da estatística no geral e das suas subdivisões em particular (demografia, estatística industrial, agrícola, comercial, organização de cadastros) levado a cabo durante este período.

#### 1.1 O CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICA

Todo este trabalho científico-estatístico, feito numa época de grandes avanços da ciência e da internacionalização dos seus resultados, levou à realização de vários congressos internacionais de estatística, desde o início dos anos 50 até meados dos anos 70<sup>7</sup>. Esses congressos — ou, melhor, segundo a terminologia da época, as várias sessões desse congresso — traçaram o plano de uma estatística internacional. Assim, nas sessões de Bruxelas (1863), de Paris (1855), de Londres (1860), de Berlim (1863), de Florença (1866) e principalmente de Sampetersburgo (1873) definiram-se, sob os seus múltiplos aspectos, «as bases de uma estatística geral e uniforme (comum) em todas as Nações»<sup>8</sup>.

O trabalho tão profícuo do Congresso Internacional de Estatística foi continuado, a partir de 1886, pelo Instituto Internacional de Estatística<sup>9</sup>,

<sup>5</sup> *Instruções Estatísticas Que por ordem do Excelentíssimo e Reverentíssimo Senhor Principal Sousa Compilou Marino Miguel Franzini [...]*, p. 5.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>7</sup> Em 1851, por ocasião da Primeira Exposição Universal, realizada em Londres, Quetelet e outros sábios lançaram as bases da organização do Congresso Internacional de Estatística. Este durou vinte e cinco anos, tendo realizado nove sessões — a primeira em Bruxelas, no ano de 1853, e a última em Budapeste, em 1876 —, às quais concorreu a maior parte dos chefes de serviço de estatística e dos homens de ciência mais distintos dos múltiplos países. (Ver «Relatório sobre o censo da população», in *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. XII.)

<sup>8</sup> António José de Ávila, *Relatório sobre os Trabalhos do Congresso de Estatística Reunido em Bruxelas em 1853*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

<sup>9</sup> Fundado em Londres, por ocasião do 50.º aniversário da Real Sociedade de Estatística, inglesa, criada em 1836. (Ver «Relatório sobre o censo da população», in *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. 1, p. XIII.)

organização sediada em Roma e que, para além da realização das suas sessões regulares, publicou periodicamente um *Boletim*<sup>10</sup>, em língua francesa, recolhendo os principais estudos e comunicações apresentadas nas referidas sessões.

Portugal acompanhava de perto este progresso da estatística e enviava representantes aos congressos internacionais desde 1853, e mais tarde aos de Paris (1889), Viena (1891) e Chicago (1893).

António José de Ávila<sup>11</sup>, membro e representante do Governo de Portugal, assistiu às sessões de 1853 e 1863, acerca das quais publicou interessantes relatórios<sup>12</sup>.

Debrucemo-nos mais pormenorizadamente sobre um destes relatórios<sup>13</sup> apresentados por Ávila, pois possui elementos fundamentais para a compreensão e a análise do tipo de questões apresentadas e discutidas na primeira sessão do Congresso Internacional de Estatística (Bruxelas, 1853).

Tratando-se da primeira sessão do Congresso Internacional de Estatística, detectamos assim, desde o início, as linhas de orientação e directrizes prosseguidas posteriormente por este organismo, salvaguardando-se, contudo, as necessárias alterações e adaptações decorrentes de uma prática entretanto iniciada e, em alguns aspectos, corrigida.

O programa do Congresso de Bruxelas era vasto e ambicioso. Contemplava, num primeiro ponto, questões relacionadas com o modo da organização da estatística ao nível internacional, definindo-se as bases uniformes a adaptar em todos os países, quer para os trabalhos de apuramento de dados (ou de informações), quer para as publicações oficiais.

Nos pontos seguintes enumeram-se e definem-se os campos da estatística a diferenciar e a desenvolver, apresentando-se, igualmente, o tipo de dados a recolher e o modo de os trabalhar e processar.

Temos, assim, o campo da demografia associada aos recenseamentos gerais da população<sup>14</sup> e ao estudo da emigração<sup>15</sup>; a organização de um

<sup>10</sup> Trata-se do *Bulletin de l'Institut International de Statistique*.

<sup>11</sup> Nasceu no Faial, em 1806, e morreu em 1881. «Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, professor na sua terra natal [...], sucessivamente deputado e ministro, par do Reino, conde, marquês e duque de Ávila e Bolama (1878); director da Companhia das Lezírias, governador da Companhia do Crédito Predial Português; sócio da Academia das Ciências, da qual foi vice-presidente» (Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 218-219).

<sup>12</sup> *Relatório sobre os Trabalhos do Congresso de Estatística Reunido em Bruxelas em 1853*, cit., e *Relatório sobre os Trabalhos do Congresso Internacional de Estatística Reunido em Berlim no Ano de 1863*, Lisboa, 1864.

<sup>13</sup> Trata-se do já citado *Relatório sobre os Trabalhos do Congresso de Estatística Reunido em Bruxelas em 1853*, escrito em Paris, datado de 22 de Outubro de 1853 e dirigido a Fontes Pereira de Melo, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

<sup>14</sup> Trata-se da segunda questão debatida no Congresso em análise. Em relação a esta questão foi aprovada a necessidade de se realizarem, em todos os países, recenseamentos nominais, baseados na população de facto, feitos decenalmente, com um boletim especial por família que registasse para cada recenseado o nome, idade, lugar de nascimento, língua, religião, estado civil, profissão ou condição (objecto de análise mais pormenorizada posteriormente), residência, doenças ou enfermidades aparentes. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 6-7.)

<sup>15</sup> Quarta questão analisada. Estudo das emigrações consideradas sob a origem, o número e a condição dos emigrantes, com a designação dos lugares de embarque e desembarque. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 8-9.)

cadastro<sup>16</sup>; a estatística agrícola<sup>17</sup>, industrial<sup>18</sup> e comercial<sup>19</sup>, como também outros aspectos da vida de qualquer país, v. g. o «orçamento das classes laboriosas»<sup>20</sup>, o «recenseamento dos indigentes»<sup>21</sup>, «criminalidade e repressão»<sup>22</sup> e, finalmente, elementos de ordem natural («instrução e educação»)<sup>23</sup>.

Definição dos vários sectores da vida de cada Estado, que urge conhecer através da recolha de elementos estatísticos, uniformização e normalização desses elementos, visando a criação de princípios e bases comuns aplicáveis em todos os países e, finalmente, preocupação de reunir e divulgar o resultado dessas pesquisas em publicações oficiais ou oficiosas são, pois, os princípios básicos aprovados no Primeiro Congresso Internacional. Princípios esses que constituiriam como que um «programa de orientações», a ser sucessivamente retomado em sessões posteriores. Sinal de que havia muito ainda que fazer. Sinal, também, do interesse que muitos Estados tinham no desenvolvimento desta ciência tão «útil». Ou não fosse a «recuperação» estatal da estatística orientada para fins políticos<sup>24</sup>. Ou não fosse, também, a gradual transformação e laicização da máquina administrativa do Estado capaz de protagonizar e dirigir, agora, os trabalhos de levantamento estatístico, nomeadamente os apuramentos da população<sup>25</sup>.

Portugal não ficou imune a todo este progresso da estatística em geral e da demografia em particular, tal como poderemos verificar de seguida.

## 1.2 LEGISLAÇÃO PORTUGUESA SOBRE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA

A lenta evolução dos trabalhos demográficos em Portugal ficou-se a dever, nos seus inícios, a estrangeiros ou homens de origem estrangeira, como

<sup>16</sup> Terceira questão analisada. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, p. 7.)

<sup>17</sup> Quinta questão analisada. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 9-10.)

<sup>18</sup> Sexta questão analisada. Interesse em discriminar, para cada ramo industrial («mineiro», «tecelagem» ou «têxtil» e «diversos»), o número de estabelecimentos; a força mecânica empregue (máquinas a vapor, motores hidráulicos); o número de operários; o salário médio e as quantidades produzidas. Considerou-se também a inexactidão da classificação industrial em vigor na época que estabelecia a diferenciação entre indústria agrícola, indústria fabril e indústria comercial, definindo-se que a estatística geral do trabalho deveria passar a dividir-se em indústria agrícola, indústria das minas e pedreiras, indústria fabril e comercial, podendo-se ainda admitir a classe da pesca marítima e fluvial. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 10-13.)

<sup>19</sup> Sétima questão analisada. Divisão da estatística comercial em comércio externo e marinha mercante. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 13-14.)

<sup>20</sup> Oitava questão analisada. É referida a necessidade de se efectuar a distinção entre «despesas habituais de primeira necessidade» e «despesas de luxo», definindo-se igualmente a forma de tornar comparáveis os resultados recolhidos. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 15-17.)

<sup>21</sup> Nona questão analisada. Definição dos elementos indicativos do «estado de indigência». (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 17-18.)

<sup>22</sup> Décima primeira questão analisada. Indicação das formas de tornar comparáveis entre si os resultados recolhidos nos diferentes países, apesar da diversidade das legislações penais adoptadas em cada um deles. (Ver António José de Ávila, *op. cit.*, p. 20.)

<sup>23</sup> Décima questão analisada. Aferição e medição dos diferentes níveis de instrução, partindo de bases uniformes e comuns a vários países. (António José de Ávila, *op. cit.*, pp. 18-19.)

<sup>24</sup> Cf. ponto 1. deste trabalho.

<sup>25</sup> Com a progressiva laicização do Estado, cabe-lhe agora executar o registo civil do nascimento dos seus habitantes, em vez de ser executado, parouquialmente, pela Igreja. Contudo, em Portugal, ainda em meados do século XIX, apesar da institucionalização do registo civil por Mouzinho da Silveira (artigo 69.º do Decreto de 16 de Maio de 1832) e pelo Código Civil em 1867, a efectivação desse registo civil não era prática generalizada, sentindo-se ainda o peso da Igreja nesse processo. Só após a implantação da República ele se tornou verdadeiramente obrigatório.

Adrien Balbi<sup>26</sup> e Marino Miguel Franzini<sup>27</sup>. Foram eles que, juntamente com António José de Ávila —este também conhecedor do que se passava no estrangeiro em relação à estatística em geral e à demografia em particular—, introduziram novos conhecimentos em Portugal sobre esta matéria. A acção destes homens traduziu-se quer pela publicação de obras, directa ou indirectamente relacionadas com esta ciência —«vazadas nos moldes da moderna demografia»<sup>28</sup>, segundo as palavras de Bento Carqueja, ele próprio também ligado à estatística portuguesa—, quer também pelo seu empenhamento pessoal junto dos serviços públicos, já que quer Franzini quer Ávila foram responsáveis directos pelos serviços de estatística do Reino.

Com efeito, poderemos referir que os trabalhos estatísticos, nomeadamente no campo da demografia, iniciados e orientados por estes homens —destacando-se o contributo especial de António José de Ávila—, marcaram uma viragem significativa na produção demográfica nacional. «Constituem o ponto de transição para o *Censo de 1864*»<sup>29</sup>, trabalho exemplar, realizado segundo os moldes da «moderna» estatística, entretanto aprendida nos congressos internacionais e que recolhe elementos sistemáticos de toda a população do País.

Mas, para a realização de toda esta produção demográfica, obedecendo aos novos moldes praticados noutros países, e que urgia desenvolver e incentivar em Portugal, tornava-se necessária a criação de estruturas capazes de responder às novas exigências. Nesse sentido é feita, em 1859, a reunião dos vários serviços de estatística numa repartição única do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, quando, até então, se encontravam dispersos por vários ministérios. Tratava-se da Repartição de Estatística Geral, sob dependência da Direcção de Comércio e Indústria do referido Ministério, tendo sido chefiada por José de Torres<sup>30</sup>. Encarregada de coligir os vários dados estatísticos, de elaborar e publicar mapas gerais que apresentassem os resultados apurados, foi aquela Repartição que realizou o Censo de 1864 (primeiro censo geral «rigoroso» da população).

Contudo, em 1868 verifica-se uma alteração no organismo responsável pela estatística nacional, já que este passa a depender directamente da

<sup>26</sup> Autor do *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères dédié à sa magesté très fidèle*, 2 vols., Paris, Rey et Gravier, 1822.

<sup>27</sup> Nasceu em 1779 ou 1776 e morreu em 1861. «Deputado às cortes Constituintes de 1821-22 e, ainda, às de 1837 [...] e noutras legislaturas, foi Ministro e Secretário de Estado da Fazenda (1847 e 1851), e foi feito par do Reino no ano da sua morte. Encarregado e depois director do Arquivo Militar, presidente da Comissão de Estatística e Cadastro do Reino, inspector da Cordoaria Nacional, chegava-lhe ainda tempo para ser sócio da Academia das Ciências.» (Ver Joel Serrão, *op. cit.*, p. 217.)

<sup>28</sup> Bento Carqueja, *O Povo Português: Aspectos Sociais e Económicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916, in «Introdução», não paginada.

<sup>29</sup> Joel Serrão, *op. cit.*, p. 41. Primeiro censo efectivamente civil, pois todos os numeramentos anteriores, desde o de 1801, se baseavam directa ou indirectamente em informações de origem eclesiástica, provenientes dos registos paroquiais.

<sup>30</sup> Nasceu em 1827, em Ponta Delgada, e morreu em 1874. Realizou viagens à França, Inglaterra, Bélgica e Espanha, com o objectivo de se inteirar dos progressos da estatística. Publicou, no âmbito económico-estatístico, vários estudos, como *Crises Alimentícias — Causas — Remédios*, Lisboa, 1857, e *Relatório-Consulta da Repartição de Estatística acerca da Estatística Geral de Portugal*, Lisboa, 1861. (Ver Joel Serrão, *op. cit.*, p. 220.)

Direcção-Geral do Comércio e Indústria. No ano seguinte verifica-se nova alteração na Comissão Central de Estatística, que passa a funcionar como organismo centralizado e independente.

Esta Comissão publica em 1877, pela primeira vez, o *Anuário Estatístico do Reino de Portugal*, referente ao ano de 1875, e elabora igualmente o segundo recenseamento geral da população (Censo de 1878)<sup>31</sup>.

Em 1890 realiza-se o terceiro recenseamento da população (Censo de 1890)<sup>32</sup>, elaborado também por este organismo, marcando o início dos recenseamentos decenais<sup>33</sup> e seguindo de perto um dos votos expressos no Congresso Internacional de Estatística.

Em 1898 verificam-se, mais uma vez, alterações no serviço responsável pela estatística nacional, sendo este substituído pela Direcção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais<sup>34</sup>, dependente, agora, do Ministério da Fazenda. É esta Direcção-Geral que se torna responsável pela realização do Recenseamento de 1900<sup>35</sup>.

Mais tarde, após a substituição do regime político em Portugal, com a implantação da República, este serviço é substituído pela Direcção-Geral de Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas, criada em 1911. Os censos populacionais de 1911 e 1920 — quinto e sexto recenseamentos, respectivamente — foram elaborados por esta Direcção-Geral.

Contudo, somente em 1918, com a reorganização da Direcção-Geral de Estatística — que introduz significativas inovações no recrutamento e definição das funções do pessoal deste organismo —, e mais concretamente em 1920, com uma nova organização e regulamentação dos serviços desta Direcção-Geral, é que se verificam verdadeiras alterações no organismo responsável pela estatística do País.

Nesse sentido, esta reestruturação passou pela divisão da Direcção-Geral de Estatística em três repartições e pelo surgimento de novos órgãos, dotados de autonomia e poderes próprios, como o Conselho Superior de Estatística, as repartições estatísticas dos vários ministérios e as comissões distritais, estas últimas encarregadas de executar os levantamentos e apuramentos ao nível distrital. Com estas inovações, a elaboração dos censos populacionais passa, teoricamente, a ser executada na 1.ª Repartição Central da

<sup>31</sup> Não houve uma publicação regular desta obra nos anos seguintes até 1883. Ela voltou a ser publicada, em moldes muito remodelados e ampliados, em 1884, 1885 e 1886, sofrendo depois novo hiato até 1892 (o volume referente a este ano só saiu, aliás, em 1889). Somente em 1903 se reiniciou a sua publicação regular.

<sup>32</sup> *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1896-1900.

<sup>33</sup> A determinação da realização dos recenseamentos decenais foi feita pela Carta de Lei de 25 de Agosto de 1887. Contudo, o quinto censo da população, previsto para 1910, só foi realizado no ano seguinte (1911) «por ter sido materialmente impossível ao novo regime [a República], cujo advento se deu na época em que tais trabalhos deviam estar em adiantada laboração, tomar as devidas precauções para que Portugal não deixasse de seguir o voto do Congresso Internacional de Estatística». (Ver «Relatório», in *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, vol. 1, p. IX.)

<sup>34</sup> Segundo o Decreto de 30 de Junho de 1898, renovado posteriormente pelos Decretos com força de lei n.º 5524 (de 8 de Maio de 1919) e n.º 6607 (de 10 de Maio de 1920). (Ver Bento Carqueja, *Princípios de Economia Política*, Porto, Oficina de O Comércio do Porto, s. d., p. 60).

<sup>35</sup> Recenseamentos esses analisados mais detalhadamente no ponto 2.2.1 deste capítulo.

Direcção-Geral de Estatística<sup>36</sup>. Na prática, tal não se verificou, dadas as alterações posteriores introduzidas neste organismo.

Com efeito, a «25 de Julho de 1923 a Comissão de Remodelação dos Serviços Públicos [...] apresentou o parecer de que todos os serviços estatísticos deviam ser reunidos numa Direcção-Geral dependente do Ministério das Finanças, com delegados de todos os ministérios»<sup>37</sup>. Contudo, somente três anos mais tarde, mais concretamente «em 16 de Abril de 1926 o Conselho Superior de Estatística discutiu as bases de um plano sobre a remodelação dos serviços de Estatística oficial, apresentado pelo director-geral de Estatística, coronel Vitorino Henriques Godinho [...] Durante a presidência do coronel Vitorino Godinho foi iniciada, em moldes modernos, a mecanização dos apuramentos estatísticos, por meio de máquinas perfuradoras, separadoras e tabeladoras»<sup>38</sup>, encontrando-se, assim, reunidas as condições para um trabalho realizado de um modo não tão lento como se verificava até então. Por outro lado, a mecanização dos apuramentos estatísticos possibilitou também o tabelamento e a seriação dos elementos recolhidos, abreviando-se ainda mais toda a tarefa de recolha e tratamento dos dados.

Só assim se compreenderá a possibilidade de realização de um censo extraordinário, em 1925, por parte desta Direcção-Geral, referente à população das cidades de Lisboa e Porto<sup>39</sup>.

Em 1930, a Direcção-Geral de Estatística elabora um novo censo geral da população (sétimo recenseamento geral). Este censo constitui o último de uma série, iniciada em 1890, cuja característica comum consiste no facto de todos eles aplicarem o mesmo modelo de classificação profissional ao discriminarem e identificarem as várias profissões ou ocupações dos indivíduos recenseados. Trata-se da classificação profissional elaborada pelo Dr. Jacques Bertillon, director da estatística parisiense, cuja análise pormenorizada teremos ocasião de desenvolver adiante.

## 2. AS CLASSIFICAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS

No contexto de toda a produção estatística desenvolvida no século XIX e continuada no seguinte, quer ao nível internacional, quer ao nível nacional, surge a preocupação de se apurar, nos censos gerais da população, as profissões dos indivíduos, fossem eles homens ou mulheres, adultos ou crianças, activos ou inactivos.

Assim, para além do conhecimento da distribuição populacional de cada país por níveis etários, por sexos, por regiões, por «fogos» (famílias); para

<sup>36</sup> Esta Repartição Central, subdividida em várias secções, encarrega-se igualmente do apuramento de elementos estatísticos associados ao movimento da população, recolhe dados relativos à instrução, bibliotecas e arquivos e publica um *Anuário Estatístico*. (Ver Maria Emília Cordeiro Ferreira, «Estatística», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 118.)

<sup>37</sup> Maria Emília Cordeiro Ferreira, *op. cit.*, p. 118.

<sup>38</sup> *Id.*, *ibid.*, mesma página.

<sup>39</sup> *Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Porto — 1.º de Dezembro de 1925*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926. Este censo foi concretizado de acordo com os votos de alguns congressos internacionais de estatística, que definiram a realização de censos extraordinários, de cinco em cinco anos, para as cidades mais populosas de cada país.

além, também, do conhecimento do seu grau de instrução (analfabetos ou alfabetizados), como ainda de eventuais circunstâncias físicas especiais (surdos, mudos, cegos, idiotas, alienados), o apuramento da «profissão» ou «ocupação» de cada indivíduo — feito nos diversos censos realizados — constituía um elemento fundamental para o conhecimento e a análise da situação concreta da cada país em termos demográficos. Pretendia-se, com isso, ter um conhecimento exacto da distribuição populacional pelas diversas profissões, muitas delas, aliás, recentemente criadas; apurar a população activa e inactiva, assim como conhecer os indivíduos impossibilitados de terem uma actividade produtiva, devido a deficiências físicas e/ou mentais.

Subjacente a toda esta situação estava a necessidade do apuramento rigoroso de uma das maiores riquezas de cada Estado, isto é, a sua própria população, criadora (e potencial consumidora) de riqueza.

Numa época de grandes mutações tecnológicas, de desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, do aparecimento de novas profissões e ocupações — decorrentes de uma industrialização já efectivada ou em vias de efectivação — não era tarefa fácil conhecer, e muitas vezes identificar, esta ou aquela profissão, esta ou aquela ocupação. Daí que os problemas de nomenclatura e uniformização das múltiplas profissões dos indivíduos recenseados fossem comuns a muito países, e nomeadamente a Portugal, tal como poderemos depreender das seguintes palavras de Luís Augusto Palmeirim, chefe da Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria: «Quem trata destes importantes assuntos sociais [classificação profissional dos recenseados] conhece a grande dificuldade de apurar com aproximada exactidão as profissões que são elemento do trabalho nacional. Esta dificuldade é comum a todos os países [...]»<sup>40</sup>

Tal situação era tão generalizada e sentida com tanta acuidade nos diversos países, que é objecto de discussão nas várias sessões do Congresso Internacional de Estatística, em especial a partir da década de 1870.

Com efeito, foi aí discutida a momentosa questão da classificação das profissões, considerada particularmente difícil no capítulo das «artes e officios», ou seja, as profissões artesanais-industriais, tendo sido apresentados, discutidos e aprovados vários projectos de nomenclatura profissional. Do conjunto desses projectos destacaremos as três classificações apresentadas pelo Dr. Jacques Bertillon, respectivamente nas sessões de Paris (1889), Viena (1891) e Chicago (1893).

Marcos importantes na história das classificações profissionais, a obra de Jacques Bertillon inaugura um novo modelo teórico nesta matéria ao apresentar uma lista minuciosa de profissões discriminadas e organizadas de uma forma exhaustiva<sup>41</sup>. Não obstante as alterações introduzidas nas várias versões desta classificação, toda ela é marcada por uma unidade formal, decorrente da aplicação de uma mesma estrutura, que o autor manterá até à ver-

<sup>40</sup> Cf. *Estatística de Portugal—População—Censo no 1.º de Janeiro — 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. v a vii.

<sup>41</sup> Partindo de uma nomenclatura profissional, apresentada na sua primeira versão em 1891, Bertillon foi-a aperfeiçoando e modificando, até ao apuramento da versão final, de 1893. As alterações introduzidas, nomeadamente as da segunda para a terceira versões, deveram-se a múltiplas sugestões de vários colegas, como refere o próprio Bertillon no *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, t. viii.

são final, de 1893<sup>42</sup>. Assim, se analisarmos as três versões desta classificação, considerando apenas as divisões do primeiro escalão de cada uma delas, verificamos que, para além de certas diferenças secundárias, persiste um mesmo modelo (ver quadro n.º 1).

[QUADRO N.º 1]

1.ª versão (1889)	2.ª versão (1891)	3.ª versão (1893)
I — Produção do solo	I — Agricultura	I — Exploração da superfície do solo
II — Extracção de matérias-primas	II — Extracção de matérias minerais	II — Extracção de matérias minerais
III — Indústria	III — Indústria	III — Indústria
IV — Transportes	IV — Transportes	IV — Transportes
V — Comércio	V — Comércio	V — Comércio
VI — Força pública	VI — Força pública	VI — Força pública
VII — Administrações públicas	VII — Administrações públicas	VII — Administrações públicas
VIII — Profissões liberais	VIII — Profissões liberais	VIII — Profissões liberais
IX — Indivíduos vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	IX — Indivíduos vivendo dos seus rendimentos	IX — Pessoas vivendo principalmente dos seus rendimentos
X — Não classificados	X — Criados e diversos	X — Trabalho doméstico XI — Designações gerais sem indicação de uma profissão determinada XII — Improdutivos. Profissão desconhecida

O autor vai dividir os seus projectos de nomenclatura profissional em grandes «grupos» ou «classes»: dez para a 1.ª e 2.ª versões e doze para a 3.ª. Em todos os projectos se verifica um certo paralelismo na hierarquização desses «grupos» profissionais, uma vez que a ordem sequencial destes mesmos é mantida de versão para versão, com excepção do último, ou últimos. As diferenças vão incidir sobretudo ao nível da terminologia empregue e de um maior ou menor aprofundamento dos conceitos. Assim:

- a) O conceito de «produção do solo» (classe I), utilizado na 1.ª versão, é alterado na seguinte para o de «agricultura», apresentando a última versão a designação mais genérica e menos precisa de «exploração da superfície do solo»;
- b) O grupo X integra na 1.ª versão os indivíduos «não classificados», enquanto nas versões seguintes abrange as actividades relacionadas com o serviço doméstico, notando-se ainda uma modificação na terminologia da versão de 1891 para a de 1893 (a expressão «criados e diversos» é substituída pela noção mais abstracta «trabalho doméstico»);

<sup>42</sup> Esta classificação profissional reparte-se por três escalões: o primeiro contempla divisões muito gerais, a que o autor chama «classes», e que são em número de dez nas duas primeiras versões e de doze na terceira; o segundo escalão desdobra cada «classe» em várias subdivisões, a que chama «capítulos», e que são num total de quarenta e oito na primeira versão, sessenta e cinco na segunda e sessenta e um na última; o terceiro escalão contempla os «grupos» profissionais individualizados, ou seja, as diversíssimas designações profissionais específicas (várias centenas). (*Bulletin de l'Institut International de Statistique*, t. IV, pp. 261-262.)

- c) As duas últimas classes da versão definitiva de Bertillon integram os casos não facilmente identificáveis (classe XI) e os desconhecidos (classe XII). Esta última aproxima-se igualmente de considerações de ordem económica ao abranger os indivíduos sem uma actividade profissional produtiva («improdutivos»); e, por último,
- d) O grupo IX, relativo a indivíduos que beneficiam de uma fonte própria de rendimentos, sofreu várias alterações decorrentes do facto de se considerarem dependentes destes em parte (3.ª versão), ou na totalidade (1.ª versão). A 2.ª versão é menos objectiva na consideração do grau de dependência em relação aos rendimentos, dada a ausência de qualquer adjetivação).

Síntese de todo o trabalho científico de estatística demográfica no campo da classificação profissional, o modelo de Jacques Bertillon foi amplamente divulgado pelo *Boletim* do Instituto Internacional de Estatística, tendo, deste modo, ficado conhecido ao nível mundial. Muitos países, nomeadamente Portugal — como teremos ocasião de verificar —, aplicaram durante décadas, nos seus censos, a classificação de Bertillon, adaptando-a e moldando-a, em alguns casos, às condições e realidades concretas de cada um.

### 3. EVOLUÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS EM PORTUGAL E SUA COMPARAÇÃO ENTRE SI

Estudar a história das classificações profissionais, ou socioprofissionais, em Portugal no período compreendido entre 1806 e 1930, na sua temática e na sua concretização prática, é o que nos propomos realizar de seguida.

#### 3.1 A CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE GOMES FREIRE DE ANDRARE

Desde o princípio do século XIX que surgiram em Portugal tentativas de uma classificação profissional da população, seguindo-se de perto experiências semelhantes ocorridas no estrangeiro.

De facto, já em 1806, o general Gomes Freire de Andrade<sup>43</sup> efectuou a primeira classificação desse género, ainda que esse trabalho se revelasse, no seu conjunto, bastante afastado de preocupações estatísticas científicas e rigorosas.

Esta classificação<sup>44</sup>, elaborada na perspectiva de um recrutamento militar<sup>45</sup>, contempla somente a população masculina e encontra-se dividida em doze grandes classes, relacionadas do seguinte modo:

- I — Classe do clero.
- II — Classe da toga.

<sup>43</sup> Nasceu em 1757 e morreu em 1817. «Filho de diplomata, encaminhou-se para a carreira militar: [...] as campanhas napoleónicas levaram-no a percorrer a Europa, integrado na Legião Portuguesa (1808). Regressa a Lisboa em 1815 e é arvorado grão-mestre da Maçonaria Portuguesa. [...] Publicou: *Ensaio sobre o Methodo de Organizar em Portugal o Exército, Relativo à População, Agricultura e Defesa do País*, Lisboa, 1806.» (Ver Joel Serrão, *op. cit.*, p. 215.)

<sup>44</sup> Inserta nas pp. 15 e 16 do *Ensaio sobre o Methodo de Organizar em Portugal o Exército* [...], obra referida por Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 87-88 e 215.

<sup>45</sup> Tornava-se necessário organizar eficazmente, em Portugal, um exército perante a ameaça franco-espanhola.

- III — Classe da Administração Pública.
- IV — Classe do comércio.
- V — Classe dos artistas.
- VI — Classe dos ofícios mecânicos.
- VII — Classe da marinha militar e mercantil.
- VIII — Classe da navegação dos rios e pescarias.
- IX — Classe dos adultos aptos para tomar estado.
- X — Classe dos empregados no serviço público e dos particulares.
- XI — Classe dos membros inúteis ao Estado, por suas moléstias.
- XII — Classe dos agricultores.

Desde já, um breve comentário a esta primeira classificação profissional elaborada no País: é patente o seu carácter impreciso e a coexistência de conceitos distintos, que se torna necessário clarificar.

Em primeiro lugar, a «classe dos adultos aptos para tomar estado» (classe IX) surge-nos sem qualquer significado ou conteúdo profissional ou social, o mesmo acontecendo relativamente à «classe dos membros inúteis ao Estado, por suas moléstias» (classe XI). A primeira foi concebida numa perspectiva demográfica — trata-se dos indivíduos aptos a casar, logo entendidos como potenciais procriadores —, enquanto a segunda foi entendida numa perspectiva de classificação da população activa ou inactiva, isto é, os indivíduos produtivos ou improdutivos.

Em segundo lugar consideram-se classes distintas a da «toga», formada por magistrados (classe II), a da «Administração Pública» (classe III) e a que inclui os «empregados no serviço público» (classe X), quando poderiam surgir conjuntamente, dado que se identificam com o mesmo tipo de actividade.

Por outro lado, relativamente aos «empregados no serviço público e dos particulares», todos eles se apresentam incluídos na mesma classe (classe X), quando a sua diferenciação se tornava necessária, já que se trata de vinculações laborais distintas: o Estado (funcionalismo público) e as entidades particulares.

Finalmente, a «classe dos artistas» (classe V) e a «classe dos ofícios mecânicos» (classe VI) apresentam-se separadas quando, na época, a primeira designação era sinónimo de «artífice» ou «artesão».

Podemos, pois, concluir estas considerações acerca da primeira classificação profissional oitocentista portuguesa afirmando que ela é um misto de classificação social — apresentação de uma sociedade tripartida em ordens (consideração individualizada das classes do «clero» e da «toga») <sup>46</sup>, como era típico na sociedade do Antigo Regime —, de uma classificação profissional — assente nas três grandes divisões da actividade económica (agricultura, indústria e comércio) — e, ainda, de uma classificação da população activa.

A coexistência de conceitos muito diferentes marca, portanto, a classificação de Gomes Freire de Andrade: desde a antiga trilogia das ordens ou estados sociais (clero, nobreza e povo), até conceitos modernos de classificação socioprofissional, que partem dos vários sectores da actividade eco-

<sup>46</sup> As primeira e segunda «classes» mencionadas na classificação de Gomes Freire de Andrade.

nómica (primário, secundário e terciário), passando ainda por considerações ligadas à actividade ou inactividade da população.

### 3.2 AS CLASSIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DE MARINO MIGUEL FRANZINI

Após esta primeira classificação profissional surgiram outras três, respectivamente em 1814, 1820 e 1843, elaboradas pelo também oficial do exército Marino Miguel Franzini, autor este já por nós atrás referenciado.

Em 1815, Marino Franzini publicou, sob encomenda do principal Sousa<sup>47</sup>, umas *Instruções Estatísticas* [...] que têm a virtude de constituir a primeira obra teórica portuguesa sobre o assunto<sup>48</sup>. Nela se inclui um modelo de classificação profissional dividida em dez classes, a saber:

- I — Religião.
- II — Administração Pública.
- III — Instrução pública, medicina e artes liberais.
- IV — Estabelecimentos de piedade.
- V — Agricultura.
- VI — Indústria do reino vegetal.
- VII — Indústria do reino mineral.
- VIII — Indústria do reino animal.
- IX — Comércio e navegação.
- X — Diversidades<sup>49</sup>.

Se estabelecermos a comparação entre a classificação profissional da autoria de Gomes Freire de Andrade e esta de Franzini, poderemos afirmar que a segunda se distancia já do eclectismo que caracterizava a primeira.

Afastando-se de conceitos imprecisos e dúbios, resultantes de um certo «empirismo» na estruturação da classificação profissional e de um (possível) desconhecimento de princípios teóricos ligados à estatística, esta primeira classificação de Franzini é marcada por um carácter mais racional e objectivo, apesar de cronologicamente não se afastar muito da anterior.

Não obstante estas duas classificações apresentarem uma estrutura idêntica — divisão dos diversos grupos profissionais em grandes classes —, a de Franzini é concebida numa outra perspectiva, poderemos acrescentar, numa perspectiva mais «moderna» e «científica», já que introduz novos conceitos e se desvincula de outros decorrentes de uma concepção de sociedade identificada com o Antigo Regime.

Particularizemos: Franzini aplica pela primeira vez, nesta sua classificação, os três grupos das actividades económicas associadas à «indústria» — indústrias dos reinos vegetal, mineral e animal (classes VI, VII e VIII,

---

<sup>47</sup> Membro da Regência que D. João VI deixou em Lisboa quando se retirou com a corte para o Brasil, em 1807.

<sup>48</sup> *Instruções Estatísticas Que por ordem do Excelentíssimo e Reverentíssimo Senhor Principal Sousa Compilou Marino Miguel Franzini [...]*

<sup>49</sup> *Ibid.*, pp. 17-27.

respectivamente —, iniciando uma nova forma de estruturação desta actividade económica. De igual modo, o conceito de «artes liberais» surge-nos aqui também pela primeira vez, sendo aplicado em Portugal em outras classificações profissionais, sucessivamente, até 1930.

Contudo, parece-nos que a grande inovação introduzida nesta classificação se liga ao facto de ela se desvincular de aspectos mais directamente relacionados com uma *visão social*, e não *profissional* (ou *socioprofissional*), na apresentação e organização dos grupos ou classes profissionais, tal como era patente na classificação de Gomes Freire de Andrade.

Na primeira classificação de Franzini surgem actividades nomeadas com a designação genérica de «religião» e «artes liberais», numa acepção meramente profissional, distanciadas de quaisquer conotações de ordem social. De igual modo, elementos identificadores de actividade ou inactividade profissional da população são «esquecidos», optando o autor por apresentar uma classe mais genérica de «diversidades», onde se integrariam indivíduos com profissões não definidas e não classificadas, ou sem qualquer actividade profissional (caso dos mendigos e vagabundos, designadamente).

Apesar de esta classificação de 1814 apresentar inovações significativas em relação à anterior, este modelo nunca chegou a ser aplicado pelo próprio autor, que pouco tempo depois elaborou uma outra classificação profissional dos homens portugueses maiores de 16 anos<sup>50</sup>.

Baseada na classificação espanhola de 1801, a segunda classificação de Franzini, publicada em 1820, divide-se em nove classes e apresenta múltiplas subdivisões:

- I — Religião:
  - 1. Clero secular.
  - 2. Clero regular.
- II — Administração Pública:
  - 1. Empregados da administração civil.
  - 2. Letrados, procuradores, serventes de tribunais, etc.
  - 3. Empregados nos hospitais, misericórdias, etc.
  - 4. Presos e condenados.
- III — Forças militares:
  - 1. Exército.
  - 2. Marinha.
- IV — Ciências, medicina e artes liberais:
  - 1. Professores de Ciências.
  - 2. Mestres de primeiras letras.
  - 3. Estudantes acima dos 16 anos.
  - 4. Medicina, cirurgia e farmácia.
  - 5. Artes liberais.
- V — Indivíduos que vivem de suas rendas:
  - 1. Proprietários.
  - 2. Outros.

<sup>50</sup> Inserta nas suas *Reflexões sobre o Actual Regulamento do Exército em Portugal, Publicado em 1816*. Lisboa, Impressão Régia, 1820, pp. 13-14 (só parcialmente reproduzida por Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 114-115.)

- VI — Comércio e navegação:
  - 1. Negociantes e mercadores.
  - 2. Almocreves, carreiros e outros condutores.
  - 3. Marinheiros e pescadores
- VII — Agricultura:
  - 1. Lavradores proprietários.
  - 2. Lavradores rendeiros.
  - 3. Trabalhadores jornaleiros.
  - 4. Pastores, abegãos e outros empregados no trato dos gados.
- VIII — Artes:
  - 1. Reino vegetal:
    - A — Fabricantes.
    - B — Artistas.
  - 2. Reino animal:
    - A — Fabricantes.
    - B — Artistas.
  - 3. Reino mineral:
    - A — Fabricantes.
    - B — Artistas.
  - 4. Reinos mistos:
    - A — Fabricantes.
    - B — Artistas.

NB — Dos sobreditos «fabricantes» e «artistas», uns são mestres, outros oficiais e outros aprendizes.

- IX — Indivíduos avulsos:
  - 1. Criados graves e de escada abaixo.
  - 2. Domésticos comuns.
  - 3. Indivíduos não classificados<sup>51</sup>.

Em 1841, Franzini elabora uma terceira classificação profissional<sup>52</sup>.

Inserida num contexto sociotemporal diferente do da anterior — nos finais do setembrismo e inícios do cabralismo —, esta terceira classificação constitui uma resposta a uma situação concreta com a qual o Estado se vinha confrontando desde 1832-34. Trata-se de toda a problemática subjacente à necessidade da estruturação de um novo sistema fiscal, organizado segundo os novos princípios introduzidos por uma nova sociedade liberal. Nesse sentido, impunha-se, com urgência, uma reforma fiscal, que tardava<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 13-14. Esta classificação foi utilizada e transcrita integralmente por Adrien Balbi no seu *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et l'Algarve [...]*. Como refere Joel Serrão, *op. cit.*, p. 103, Adrien Balbi fê-lo no vol. I da sua obra.

<sup>52</sup> Cf. Marino Miguel Franzini, *Considerações acerca de Renda Total da Nação Portuguesa e Sua Distribuição por Classes, com Algumas Reflexões sobre o Imposto da Décima*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, pp. 3-4. Este estudo foi parcialmente publicado na *Revista Universal Lisbonense*, n.º 24, de 2 de Março de 1843, e é igualmente referido por Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 145-146.

<sup>53</sup> A instabilidade política e social verificada na sociedade portuguesa após a implantação do regime liberal impossibilitou a introdução imediata de um novo sistema fiscal, tendo este surgido somente durante o período do Governo de Costa Cabral.

Mas, para a efectivação dessa reforma fiscal tornava-se necessário conhecer com exactidão a estrutura e a composição da sociedade portuguesa, sociedade essa já não assente em ordens ou estados sociais, mas entendida como um conjunto de cidadãos, com esta ou aquela profissão, com esta ou aquela ocupação. E daí a proposta de uma nova classificação profissional da parte de Franzini, na altura responsável pela Comissão de Estatística Portuguesa<sup>54</sup>.

Esta classificação foi elaborada, segundo afirmação textual do próprio autor, «em Maio de 1841 (e publicada em 1843) para satisfazer ao convite de um ilustre cidadão que formava parte do poder executivo e que, nas actuais circunstâncias em que o corpo legislativo se acha ocupado em melhorar o ramo da fazenda pública, poderá talvez administrar-lhe alguns esclarecimentos de importância». E Franzini acrescenta: «Para classificarmos o total [...] [da] população masculina e produtora (maior de 14 anos) [...] recorreremos ao Censo de Espanha publicado em 1801 [...] e por analogia obtivemos os [...] resultados, modificados em relação às inovações devidas ao actual sistema político da monarquia e de que resultou a [...] classificação»<sup>55</sup>.

Classificação essa cuja estrutura se mantém idêntica à da anterior (sua organização em «classes» e respectivas subdivisões), sendo de salientar, contudo, algumas alterações de carácter conceptual (mudança de alguma terminologia empregue) e a valorização de uma ou outra «classe» em detrimento de outra(s).

Deste modo, das nove «classes» que observámos na segunda classificação de Franzini passa-se agora para onze, com as respectivas subdivisões, conforme se enuncia:

- I — Administração Pública:
  - 1. Administração civil e seus dependentes.
  - 2. Advogados, procuradores, tribunais, etc.
  - 3. Hospitais, misericórdias, etc.
- II — Clero secular e outros empregados no culto.
- III — Força militar:
  - 1. Exército e repartições anexas.
  - 2. Marinha e arsenais.
- IV — Ciências, medicina e artes liberais:
  - 1. Professores.
  - 2. Mestres de primeiras letras.
  - 3. Estudantes com mais de 16 anos de idade.
  - 4. Medicina, cirurgia e farmácia.
  - 5. Artes liberais.
- V — Indivíduos que vivem de suas rendas:
  - 1. Proprietários.
  - 2. Capitalistas.
  - 3. Outros.

<sup>54</sup> Cf. Marino Miguel Franzini, *Considerações à cerca da Renda Total da Nação Portuguesa e Sua Distribuição por Classes, com Algumas Reflexões sobre o Imposto da Décima*, p. 3.

<sup>55</sup> Id., *ibid.*, mesma página.

- VI — Comércio e navegação:
  - 1. Negociantes e mercadores.
  - 2. Almocreves, carreiros e outros condutores.
  - 3. Marinheiros e pescadores.
- VII — Agricultura:
  - 1. Lavradores proprietários.
  - 2. Lavradores rendeiros.
  - 3. Jornaleiros.
  - 4. Pastores, abegãos e outros empregados no trato dos gados.
- VIII — Indústria fabril:
  - 1. Ramo vegetal.
  - 2. Ramo animal.
  - 3. Ramo mineral:
    - A — Mestres.
    - B — Oficiais.
    - C — Aprendizizes.
- IX — Domésticos.
- X — Mendigos.
- XI — Indivíduos não classificados<sup>56</sup>.

Deste modo, ao estabelecermos a comparação entre as três classificações profissionais da autoria de Franzini, verificamos de imediato a valorização da classe da «Administração Pública», apresentada em primeiro lugar na classificação de 1843, enquanto, nas classificações anteriores, esse lugar era destinado à classe da «religião».

É o próprio autor que explica esta alteração, ao mencionar «as inovações devidas ao actual sistema da monarquia»<sup>57</sup>; ou seja, particularizando melhor, queria referir-se a todo o processo de laicização do aparelho do Estado, empreendido pelo liberalismo após a revolução de 1820.

Acentuando esta ideia, o autor passa a mencionar apenas o «clero secular e outros empregados no culto» (classe II) na sua última classificação, quando na de 1814 não havia qualquer diferenciação entre o tipo de clero e na de 1820, ao debruçar-se sobre a classe clerical, estabelecia a separação entre o «clero secular» e o «clero regular». Tenhamos presente que, associado a todo o já referido processo de laicização do aparelho do Estado liberal português, se dá o encerramento dos conventos e mosteiros masculinos (clero regular), na sequência do decreto de extinção das ordens religiosas, em 1834.

A classe industrial, chamada em 1814 indústrias dos reinos «vegetal», «mineral» e «animal» (classes VI, VII e VIII, respectivamente) e «artes» (classe VIII) em 1820, é em 1843 chamada «indústria fabril» (classe VIII) — numa aproximação a uma nova terminologia associada aos inícios da mecanização dos instrumentos de produção —, sem a distinção entre «fabricantes» e «artistas», conceitos estes cada vez mais distantes de novas práticas entretanto experimentadas nas relações sociais de produção no meio industrial.

De se referir, contudo, que, apesar desta preocupação de actualizar os conceitos empregues nos diversos campos profissionais, numa tentativa de

<sup>56</sup> Conf. Marino Miguel Franzini, *op. cit.*, pp. 3-4.

<sup>57</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 3.

os adequar às práticas em questão e, assim, às respectivas relações sociais de produção, este autor continuou a estabelecer a diferenciação entre «mestres», «oficiais» e «aprendizes» nas suas duas últimas classificações, embora na prática, e após regulamentação legal<sup>58</sup>, se tenha estipulado a abolição das corporações de ofícios que consagravam esses três escalões ou diferenciações profissionais em cada mester.

Se, nas classificações profissionais de 1814 e 1820, Franzini dedicava a última classe a «diversidades» (primeira classificação) e «indivíduos avulsos» e «indivíduos não classificados» (segunda classificação), em 1843 o autor foi mais preciso e objectivo. Os «domésticos» (classe IX), os «mendigos» (classe X) e os «indivíduos não classificados» (classe XI) surgem agora como classes individualizadas e autónomas, estabelecendo-se a devida diferenciação entre actividades produtivas e actividades não produtivas.

Ao fazermos um balanço das diversas classificações profissionais aplicadas em Portugal durante a primeira metade do século XIX, poderemos afirmar que o caminho percorrido não só traduz uma evolução real em termos formais (tendência para uma complexificação da estrutura de cada uma delas), como igualmente reflecte mutações em termos de conteúdo (sucessivas alterações na terminologia empregue, reflexo de modificações nos conceitos utilizados). Não é somente uma sociedade que se altera, que tende para uma liberalização e, com isso, gradual laicização do seu aparelho de Estado. É também uma gradual, ainda que lenta e tardia (quando comparada com a de outros países), transformação das estruturas económicas e sociais, que vão imprimindo uma nova mentalidade, uma nova mundividência, que trazem consigo um repensar, um reformular de ideias e conceitos quanto à posição e função do indivíduo na sociedade.

Entendido no início como *ser social* (classificação de Gomes Freire de Andrade), o indivíduo passou, mais tarde, a ser concebido numa outra lógica, mais próxima de considerações profissionais e económicas, quando é entendido como *ser eminentemente profissional e económico* — produtor ou não produtor de riqueza — (classificações de Marino Franzini, elas próprias reflectindo uma evolução e o repensar quanto à posição e integração profissionais do indivíduo na sociedade).

Para a compreensão e interpretação dos significados e conteúdos das diversas classificações profissionais aplicadas em Portugal durante o período de tempo considerado, não poderemos deixar de apontar também os próprios avanços da estatística — em franca evolução e desenvolvimento — que, directa ou indirectamente, de algum modo, contribuíram para a alteração e reformulação dos vários modelos teóricos subjacentes a cada classificação. E isto quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, como anteriormente tivemos oportunidade de referir<sup>59</sup>.

Com efeito, Portugal não se encontrava divorciado dos avanços da estatística em geral e da estatística demográfica em particular, tal como os casos concretos das classificações profissionais analisadas o podem comprovar.

<sup>58</sup> Em Portugal, a abolição das corporações dos mesterais verificou-se em 1834, na sequência da reforma legislativa de Mouzinho da Silveira, que põe termo a muitas práticas associadas ao Antigo Regime, nomeadamente as das confrarias de ofícios, cujas raízes remontam à Idade Média.

<sup>59</sup> Cf. ponto 1.1 deste trabalho.

Retomemos o exemplo da terceira e última versão da classificação de Jacques Bertillon e comparemo-la com a última classificação profissional de Franzini.

Separadas por meio século, estas duas classificações apresentam grandes semelhanças no que concerne à sua estrutura geral — que se apresenta quase paralela —, pesem, contudo, algumas diferenças.

Comparêmo-las então:

[QUADRO N.º 2]

Franzini (1843)	Bertillon (1893)
VII — Agricultura	I — Agricultura
VIII — Indústria fabril	II — Extração de matérias minerais
VI — Comércio e navegação	III — Indústria
III — Força militar	IV — Transportes
I — Administração Pública	V — Comércio
II — Clero secular e outros empregados no culto	VI — Força pública
IV — Ciências, medicina e artes liberais	VII — Administrações públicas
V — Indivíduos que vivem de suas rendas	VIII — Profissões liberais
IX — Domésticos	IX — Pessoas vivendo principalmente dos seus rendimentos
XI — Indivíduos não classificados	X — Trabalho doméstico
	XI — Designações gerais sem indicação de uma profissão determinada
	XII — Improdutivos. Profissão desconhecida

As diferenças mais significativas entre estas duas classificações são, para além de uma hierarquização nem sempre coincidente entre as diversas «classes» apresentadas, as seguintes:

- a) Inexistência em 1843 de um «grupo» ou «classes» de profissões ligadas à extração de matérias-primas (da superfície do solo) e sua consideração em 1893;
- b) Evolução do conceito de «navegação» para o de «transportes», sendo este último muito mais avançado, englobando os transportes terrestres, fluviais e marítimos;
- c) O grupo do «clero secular e outros empregados no culto», assim como o referente às «ciências, medicina e artes liberais» da classificação franziniana, formavam, meio século mais tarde, a «classe (única) das profissões liberais»<sup>60</sup>;
- d) Alargamento do conceito estrito de «mendigos» para o bem mais amplo e rigoroso de «improdutivos», numa abordagem realizada em termos de actividades produtivas e não produtivas.

Em síntese, podemos afirmar que a grande diferença entre as classificações de Franzini (1843) e de Bertillon (1893) reside, afinal, no maior apro-

<sup>60</sup> O conceito de «profissões liberais» é novo na época, intimamente associado com todas as alterações decorrentes da mudança de uma sociedade de Antigo Regime para uma «liberal», onde a trilogia «Liberdade, Igualdade e Fraternidade» surge como «pano de fundo» de todas as mudanças verificadas. E isto quer ao nível de uma Europa e de uma América do Norte, quer ao nível nacional português.

fundamento e complexificação do trabalho deste último, quando divide os vários «capítulos» ou «classes» em «grupos» e estes em numerosos «sub-grupos»<sup>61</sup>. Caminhava-se para um maior rigor e aprofundamento na identificação e discriminação das inúmeras profissões existentes numa sociedade que, em termos económicos e sociais — e, conseqüentemente, profissionais —, tendia a complexificar-se e a especializar-se cada vez mais.

Não podemos esquecer, contudo, que a classificação de Franzini havia sido elaborada cinco décadas antes da de Bertillon, revelando, assim, que o nosso país ia acompanhando, neste campo, a produção estatística elaborada ao nível internacional.

Porém, quando entramos no campo da aplicação prática das diversas classificações profissionais elaboradas em Portugal, verificamos os atrasos do País neste campo, dada a incapacidade de as aplicar nos diversos censos populacionais entretanto realizados.

É sobre esse assunto que nos debruçaremos seguidamente.

#### 4. CONCRETIZAÇÃO PRÁTICA

Os dois primeiros censos verdadeiramente civis efectuados em Portugal, em 1864 e 1878, respectivamente<sup>62</sup> — abrangendo o continente e as Ilhas Adjacentes —, não incluíam nenhuma classificação profissional, assim como não referiam as profissões ou ocupações dos indivíduos recenseados, não obstante a existência de várias classificações profissionais elaboradas no País, como tivemos ocasião de referir anteriormente.

Conscientes da necessidade da efectivação de um levantamento das diversas profissões ou ocupações dos recenseados, «elemento fundamental do trabalho nacional»<sup>63</sup>, os responsáveis pelos trabalhos estatísticos da época apontam dificuldades conjunturais, de natureza prática, que inviabilizaram a elaboração de uma classificação profissional da população, embora mencionem, na «introdução» de cada um dos censos<sup>64</sup>, o empenho em vir a fazê-lo. Assim, no primeiro censo referem-se apenas, e simplesmente, impossibilidades de momento na elaboração de uma classificação profissional da população<sup>65</sup>, enquanto, no segundo caso, Luís Augusto Palmeirim, ao tempo chefe da Repartição de Estatística, glosou este tema nos seguintes termos: «Não pode a Repartição [de Estatística] *ainda* desta vez incluir e conglobar no recenseamento a estatística e nomenclatura das profissões dos recenseados [...] A Repartição de Estatística simplesmente *adiou* um trabalho que há-de fazer [...]»<sup>66</sup>

<sup>61</sup> Cf. elenco completo e discriminado dos «capítulos» e «grupos» da versão final da classificação profissional de J. Bertillon em *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, t. VIII, Roma, pp. 243-261.

<sup>62</sup> Cf. *Estatística de Portugal — Censo no 1.º de Janeiro — 1864*, cit., e *Estatística de Portugal — População — Censo no 1.º de Janeiro — 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. VI.

<sup>64</sup> *Ibid.*, pp. V e VI, e *Estatística de Portugal — População — Censo no 1.º de Janeiro — 1878*, p. VI.

<sup>65</sup> Cf. *Estatística de Portugal — Censo no 1.º de Janeiro — 1864*, pp. V e VI.

<sup>66</sup> Carta ao ministro das Obras Públicas, Augusto Saraiva de Carvalho, datada de 15 de Novembro de 1880 e inserta em *Estatística de Portugal — População — Censo no 1.º de Janeiro — 1878*, p. VI.

Se para o caso destes dois recenseamentos se apontam dificuldades de natureza prática para a inclusão neles de uma classificação profissional, adiando-se esse trabalho para uma outra ocasião, tal problema não era novo, dado que já em 1843 Marino Miguel Franzini, nas suas *Considerações acerca da Renda Total da Nação Portuguesa e Sua Distribuição por Classes [...]*<sup>67</sup>, e a propósito do apuramento «do valor da produção em Portugal e sua distribuição pelas diversas classes da sociedade»<sup>68</sup>, se lamentava desta situação, dizendo: «Entre os numerosos esclarecimentos com que a Estatística tem auxiliado a Economia Política, são os mais importantes os que tendem a avaliar a riqueza ou produção total de um povo e a sua distribuição pelas diversas classes da sociedade. Muito têm trabalhado as nações cultas do nosso continente para resolverem aquele problema e é certo que já se têm alcançado preciosos documentos para a sua solução [...] Inútil será manifestar a nossa deficiência sobre tais objectos [...] A respeito do valor da produção em Portugal, e sua distribuição pelas diversas classes da sociedade, obra que empreendemos em Maio de 1841 [...] tendo sido autorizados a procurar documentos nas estações competentes, nos convencemos da impossibilidade de os obter, não só para a totalidade do reino, mas até mesmo para um pequeno distrito, não sendo possível reunir os dados necessários [...]»<sup>69</sup>

E, a propósito do estudo do «movimento anual da população do reino», este autor continuava a apontar limitações de ordem prática para a prossecução dos levantamentos estatísticos: «Nos tem sido forçoso esperar dois anos para obtermos algumas notícias sobre o movimento anual da população, apesar de terem sido remetidos a todos os municípios mapas litográficos, e cujas perguntas eram tão singelas que poderiam ter sido satisfeitas, com a maior facilidade, numa semana.»<sup>70</sup>

Razões de ordem prática, ligadas a deficiências do próprio aparelho do organismo encarregue da reunião, compilação, tratamento e divulgação dos vários elementos estatísticos colectados; morosidade na realização dos apuramentos estatísticos; falta de preparação técnica dos vários agentes recenseadores<sup>71</sup>; problemas de terminologia associados a dificuldades de identificação de muitas profissões entretanto criadas: eis os factores que contribuíram para o mau funcionamento dos serviços de estatística, sem capacidade de responder eficazmente ao que lhe era exigido. Neste caso faltava a elaboração de um levantamento das profissões ou ocupações da população recenseada em 1864 e 1878 (adiando-se esse trabalho para o futuro).

Não poderemos deixar de referir que, apesar de os dois primeiros censos populacionais realizados no Portugal oitocentista não incluírem um levantamento das profissões dos indivíduos recenseados e, com isso, contribuírem para o conhecimento da distribuição profissional em termos globais — dadas as dificuldades de natureza vária que acabámos de referir —, os serviços de estatística portuguesa previram a publicação de um *Vocabulário Tec-*

<sup>67</sup> Marino Miguel Franzini, *op. cit.*

<sup>68</sup> Id., *ibid.*, p. 3 (os sublinhados são nossos).

<sup>69</sup> Id., *ibid.*, mesma página.

<sup>70</sup> Id., *ibid.*, mesma página.

<sup>71</sup> Além dos funcionários da Repartição de Estatística, eram, muitas vezes, recrutados outros indivíduos ligados a vários organismos administrativos, assim como pessoal eventual, contratado para o efeito, estranho aos serviços de estatística e com pouca, ou nenhuma, preparação técnica para a realização de todas as tarefas ligadas aos recenseamentos populacionais.

*nológico das Artes e Ofícios*, instrumento de trabalho precioso para o levantamento e uniformização dos «difusos e irreconciliáveis vocábulos que designam esta ou aquela arte ou profissão mecânica», segundo as palavras de Luís Augusto Palmeirim<sup>72</sup>.

Com esta obra não só se pretendia a uniformização terminológica das diferentes «profissões industriais» apuradas, como igualmente se tinha em vista uma (possível) confrontação com a realidade profissional dos outros países, mediante a realização de estudos comparativos. De salientar, mais uma vez, que se tendia para a «internacionalização» da estatística ao nível mundial<sup>73</sup>, um dos aspectos que maior consenso reuniram nas diversas sessões do Congresso Internacional de Estatística, onde Portugal se fez representar.

Apesar de nunca se ter chegado a publicar no País um *Vocabulário Tecnológico das Artes e Ofícios*, como se enunciava acima, em moldes de uma obra acabada e sistemática, o *Anuário Estatístico* referente ao ano de 1884<sup>74</sup> incluía uma listagem de «indústrias e profissões» colectadas nos distritos do continente em 1879-80.

Realizada no âmbito do *Inquérito Industrial* de 1881, de cujo «resumo» este volume do *Anuário Estatístico* se serviu abundantemente, esta obra revelou-se um importante trabalho sistemático no campo das profissões industriais, reunindo cerca de quinhentas profissões apresentadas alfabeticamente<sup>75</sup>.

Em síntese, poderemos afirmar que os censos populacionais de 1864 e 1878 não incluem qualquer classificação profissional dos indivíduos recenseados. Somente a partir do terceiro recenseamento português, realizado em 1890, se verificou a introdução de uma classificação profissional, situação essa que se prolongou até 1930.

Com este último apuramento populacional deu-se o encerramento de uma série de censos que incluíram o mesmo modelo de classificação profissional. Tratava-se da nomenclatura profissional de J. Bertillon, na sua última versão, reformulada e adaptada ao caso português.

#### 4.1 OS CENSOS REALIZADOS EM PORTUGAL ENTRE 1890 E 1930

O conhecimento detalhado do projecto de nomenclatura de J. Bertillon, nomeadamente a terceira e última versão, datada de 1893, é de uma impor-

<sup>72</sup> *Estatística de Portugal — População — Censo no 1.º de Janeiro — 1878*, p. vi.

<sup>73</sup> A realização de estudos comparativos, não só no campo da demografia, como também em sectores como a estatística comercial, industrial, agrícola, etc., contribuía, assim, para a uniformização tanto de «práticas» como de «políticas» mais globais dos vários serviços de estatística montados nos diversos países que, de algum modo, acompanhavam de perto as directrizes traçadas no Congresso Internacional de Estatística. Caminhava-se, deste modo, para a internacionalização da estatística possibilitando-se, com isso, a comparação dos resultados obtidos nos vários apuramentos realizados em cada país.

<sup>74</sup> *Anuário Estatístico de Portugal — 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886. Refira-se que 1886 é precisamente o ano da fundação do Instituto Internacional de Estatística, organização já mencionada.

<sup>75</sup> *Ibid.*, pp. 399-407. O volume abre com uma interessante «Memória elucidativa», de cerca de cento e cinco páginas, em que o Eng.º Elvino de Brito, chefe da Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, expõe o plano que adoptou para a obra e esboça, a traços largos, a organização do serviço de estatística em Portugal.

tância excepcional, dado que os critérios que o informaram e toda a estrutura da classificação — pormenorizada nos diversos «grupos» e designações específicas — foram adaptados nos censos portugueses realizados a partir de 1890 (inclusive) e até 1930.

O terceiro recenseamento geral da população de Portugal — continental e insular — representa um grande avanço em relação aos anteriores. Realizado em 1890<sup>76</sup>, este censo corrobou todo um lento, mas importante, amadurecimento dos trabalhos estatísticos no domínio da demografia<sup>77</sup>, a par dos avanços nela realizados ao nível internacional.

Considerado um «trabalho exemplar»<sup>78</sup>, pois reflectia directamente a «experiência dos mais recentes recenseamentos realizados nos outros países»<sup>79</sup>, o Censo de 1890<sup>80</sup> incluía, pela primeira vez em Portugal, uma classificação profissional.

As grandes «divisões» profissionais da classificação inserta neste censo, reproduzidas quase integralmente nos Censos de 1900, 1911, 1925 e 1930, constituíam uma adaptação das «classes» profissionais de Bertillon, na sua versão definitiva<sup>81</sup>.

<sup>76</sup> Segundo o Decreto de 19 de Dezembro de 1889. Cf. *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. xv.

<sup>77</sup> Nesse longo percurso da evolução e amadurecimento da estatística em Portugal é de salientar a publicação do *Anuário Estatístico* de 1875, e sobretudo dos de 1884, 1885 e 1886, sob a égide do Eng.º Elvino de Brito, que constituíram, sem dúvida, uma importante concretização dos progressos realizados neste domínio.

<sup>78</sup> *Estatística Demográfica — Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. xi.

<sup>79</sup> *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. 1, p. xv. Para a realização deste censo, António Eduardo Vilaça, chefe da Repartição de Estatística na época, contou com o apoio de destacados responsáveis pelos serviços de estatística das várias nações, que lhe forneceram informações úteis para a sua concretização (cf. nota de rodapé da obra aqui citada, onde se inumeram as pessoas contactadas para o efeito: daí depreendemos o interesse e a preocupação de Portugal em acompanhar de perto os avanços da estatística ao nível internacional).

<sup>80</sup> Ao reflectir o progresso internacional da estatística, este censo apresenta os elementos recolhidos de uma forma mais desenvolvida e abundante. Desdobrado em três volumes, apresenta no primeiro um estudo comparativo da população portuguesa de então com a dos censos realizados anteriormente, assim como com a de outros países europeus ao longo do século XIX; fornece elementos sobre a densidade da população, a população urbana e rural, a população segundo a origem, segundo o sexo e o estado civil, segundo a instrução (percentagem de analfabetos e de «leitores»), por «fogos» e por freguesias. O segundo volume diz respeito à população de facto, no continente e Ilhas, considerada por distrito, por concelho, por cada um dos quatro bairros administrativos de Lisboa e dos dois do Porto, segundo as idades, distinguindo-se o sexo, o estado civil e a instrução elementar. No terceiro volume refere-se a população de facto em cada distrito e em cada concelho, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo-se o sexo, e agrupada por idades (menores de 20 anos, dos 20 aos 39, dos 40 aos 59 e maiores de 60); número de pessoas em cada distrito e concelho padecendo de cegueira, surdidade, idiotia e alienação mental; número de famílias e sua composição em cada distrito e concelho.

<sup>81</sup> A classificação inserta no Censo de 1890 foi realizada a partir de um «boletim de família» — ideia já aprovada no Congresso Internacional de Estatística realizado em Bruxelas em 1853 (cf. António José de Ávila, *Relatório sobre os Trabalhos do Congresso de Estatística Reunido em Bruxelas em 1853*), deixando-se ampla liberdade aos recenseados para a indicação da profissão. Coube à Repartição de Estatística o encargo de agrupar a grande variedade das profissões indicadas, nomeadamente nos sectores industriais, pela forma que tivesse por mais conveniente, tendo em conta o que havia sido anteriormente estipulado noutros países e de acordo com as resoluções aprovadas sobre este assunto pelo Instituto Internacional de Estatística, nas

Comparêmo-las entre si (quadro n.º 3).

[QUADRO N.º 3]

Censo de 1890: grandes divisões profissionais	Classificação de Bertillon: classes
I — Trabalhos agrícolas	I — Exploração da superfície do solo
II — Pesca e caça	II — Extração de matérias minerais
III — Extração de materiais minerais na superfície do solo	III — Indústria
IV — Indústria	IV — Transportes
V — Transportes	V — Comércio
VI — Comércio	VI — Força pública
VII — Força pública	VII — Administrações públicas
VIII — Administração Pública	VIII — Profissões liberais
IX — Profissões liberais	IX — Pessoas vivendo principalmente dos seus rendimentos
X — Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	X — Trabalhos domésticos
XI — Trabalhos domésticos	XI — Designações gerais sem indicação de uma profissão determinada
XII — Improdutivos. Profissão desconhecida	XII — Improdutivos. Profissão desconhecida

O paralelismo entre as duas classificações é manifesto. Verificamos, com efeito, que a classificação profissional incluída no Censo de 1890 constituía uma transcrição quase integral da de Bertillon.

Na classificação portuguesa, as dez «divisões» que se seguem às duas primeiras correspondem a outras tantas «classes» de Bertillon, enquanto a primeira «classe» do estatista francês é subdividida em duas «divisões». Ou seja, e em termos concretos, a primeira «classe» da nomenclatura de Bertillon — que integrava as actividades profissionais ligadas à «exploração da superfície do solo» — foi, na classificação portuguesa, desdobrada em duas «divisões» profissionais, correspondentes aos «trabalhos agrícolas» (classe I) e à «pesca e caça» (classe II).

Parece-nos irrelevante a passagem ao singular na «divisão» portuguesa intitulada «Administração Pública» (classe VIII), como nos parece pouco significativa a substituição adverbial na «divisão» designada por «pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos» (classe X), ainda que se possa considerar terem os estatistas oficiais portugueses pretendido diminuir, com isso, o número de pessoas a incluir nesta «divisão», uma vez que todas as que acumulassem rendimentos e proventos do trabalho seriam, pelo contrário, inseridas na «divisão» correspondente ao tipo de trabalho exercido.

Já é bastante significativa a eliminação da penúltima «classe» — correspondente às «designações gerais sem indicação de uma profissão determinada» — da classificação de Bertillon, cujas subdivisões poderiam ter parecido, aos estatistas portugueses, susceptíveis de integração, pelo menos em parte, nas «divisões» da «indústria» e do «comércio» (classes IV e VI, respectivamente).

A classificação profissional adoptada nos censos realizados entre 1890 e 1930<sup>82</sup> incluía somente as doze grandes «divisões» ou «classes» da termi-

sessões dos Congressos de Paris (1889), Viena (1891) e Chicago (1893) (cf. *Censo de 1890*, vol. I, pp. XX e XXI.)

<sup>82</sup> De referir que o *Censo de 1920* não incluía qualquer classificação profissional. Por outro lado, o *Censo Extraordinário de 1925* foi realizado somente nas cidades de Lisboa e do Porto, as mais populosas do País, seguindo-se com isso uma das directrizes do Instituto Internacional

nologia bertilloniana, sem a indicação das múltiplas «divisões» e «subdivisões» profissionais discriminadas na classificação do autor francês. As indicações específicas e individualizadas da profissão, trabalho ou ocupação que os recenseados declararam ao preencher os «boletins de família», não são do conhecimento do investigador que consulte os referidos censos populacionais, dado que estes indicam somente as doze grandes «divisões» já mencionadas. Desconhecemos, portanto, a grelha utilizada pelos recenseadores para a elaboração da classificação profissional que lhes permitiu a quantificação e o apuramento qualitativo das profissões dos indivíduos que, em cada concelho, incluíram em cada uma das doze aludidas grandes «divisões».

Esta grelha de análise deduz-se porém facilmente, mercê da comparação com a versão final da classificação de Bertillon, que, como vimos, serviu de modelo aos indivíduos encarregados do tratamento e quantificação dos elementos de natureza socioprofissional recolhidos nos censos citados, possibilitando deste modo o conhecimento mais pormenorizado e sistemático da estrutura social da população portuguesa nos fins do século XIX e no primeiro terço do século XX.

---

de Estatística, que havia estipulado a realização de censos extraordinários, quinquenais, para as cidades mais importantes de cada nação. «Estes trabalhos, feitos geralmente a meio do período decenal, entre os dois recenseamentos gerais, são da maior utilidade, porquanto servem de rectificação e verificação dos trabalhos anteriores e permitem seguir mais atentamente e com maior segurança a vida dos grandes centros e o estudo e a marcha de alguns fenómenos que, tendo nela maior intensidade, reflectem também um pouco a vida social do resto do país» (*Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Porto*, «Introdução», Lisboa, 1926, p. 3.)